

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 09: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 06: Albanor Gomes (licenciado) - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli (licenciado) - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno (licenciado) - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama (licenciado); PSB - 01: Ricardo Maia; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 020ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE AGOSTO DE 2000**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Neivo Beraldin e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (52). Achando-se em licença os senhores deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli (02).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 1560**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de publicação e votação da redação final para o Projeto de Lei nº 233/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 012/2000, que dispõe sobre a autorização o Poder Executivo incluir no edital de venda do Banestado, a manutenção das contas do SIAF, disponibilizando dos fundos estaduais para pagamento do funcionalismo e oferecer parte das ações de propriedade do governo para os empregados e funcionários do conglomerado Banestado.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 1559**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco para as Emendas 1 a 14 apresentadas ao Projeto de Lei nº 233/2000, oriundo da Mensagem Governamental nº 012/2000.

Sala das Sessões, em 22.08.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 52 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que cria a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Céu Azul, com abrangência no município de Vera Cruz do Oeste. COM PERECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S. COM EMENDA DE PLÊNÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA DE PLÊNÁRIO  
PROJETO DE LEI Nº 017/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Elio Rusch, que tem por objetivo criar a Circunscrição Regional de Serviços do Detran, no município de Céu Azul, com abrangência no município de Vera Cruz do Oeste.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à constitucionalidade da emenda oferecida pelo Plenário, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável à Emenda de Plenário.

Sala das Comissões, em 16.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

Durval Amaral, Moysés Leônidas, Serafina Carrilho, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk e 1 ilegível.

## ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2000, de autoria do Poder Executivo a incluir no edital de venda do Banco do Estado do Paraná S.A. - Banestado a Manutenção, com exclusividade, pelo prazo de 05 (cinco) anos, das contas dos depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamento SIAF e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. ÀS EMENDAS. EM REGIME DE URGÊNCIA.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 233/2000

#### P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar quanto às emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 233/2000, foi procedida a análise das mesmas em face de sua legalidade e constitucionalidade, concluindo-se que, sob este aspecto, não encontram qualquer óbice, deverão ser objeto de análise de mérito em Plenário.

Ante o exposto, é Favorável o Parecer desta Comissão de Constituição e Justiça às Emendas de nº 1 a 14.

Sala das Comissões, em 22.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Marcos Isfer, Nereu Moura, Serafina Carrilho, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Valdir Rossoni, Pastor Edson Praczyk e 1 ilegível.

Em votação o projeto ressalvadas as emendas.

Para encaminhar o deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores parlamentares o encaminhamento deste projeto tem apenas um objetivo, deixar clara a posição de a Oposição quando manifestou-se contrária a esta manutenção de depósito de recursos públicos no Banco do Estado do Paraná, após privatizado

por mais 5 anos, o fez por algumas razões, entre elas de que quando o chamamento dos interessados na participação, esse item não contava. Agora tem que constar do leilão.

Mas, olha senhor presidente e senhores parlamentares é de alta indagação, inclusive, de que essa lei seja exequível senão existir o desejo de que ela persista.

O que quer dizer com isso?

Uma lei sempre será revogada por outra. Quando você aprova e venha sancionar a Lei nº 233/2000 dizendo que os depósitos públicos, os pagamentos de servidores inclusive está embutido, serão feitos com exclusividade por quem vier arrematar o Banco do Estado Paraná, está se baseando numa autorização legislativa transfigurada por uma lei deste Plenário, que é altamente competente a qualquer instante, revogar a lei que agora está sendo aprovada por um princípio normal e natural, que é o princípio legal.

Segundo indagação que me faço é até onde vai a constitucionalidade de comprometer o depósito público com banco particular. Por que digo isso? Porque quando estamos comprometendo de manter nos próximos cinco anos após a privatização, estamos dizendo que vamos manter depois de o banco não ser mais público. Então, o banco já será particular como todos os outros bancos particulares. Apenas uma lei vai estar dizendo que o recurso público, com exclusividade será colocado naquele banco particular e nessa altura do campeonato já não existirá mais Banco do Estado do Paraná, será um banco particular, com recurso público, por exclusividade, depositando lá, portanto, passível, de a qualquer instante, o próprio servidor se sentir prejudicado.

Por que ele tem que receber em um banco se ele pode, com mais comodismo, com mais vantagem, receber num outro? Então me parece que estamos querendo fazer uma doação, uma oferta, uma gentileza para o comprador do Banco do Estado do Paraná que, nessa altura do campeonato já deve ter o nome, só é que não sabemos, mas seguramente já tem nome, de um benefício com arrecadação pública do nosso Estado que acaba ficando sem a possibilidade de buscar o melhor pagamento a melhor oferta, o melhor juro, todas as condições bancárias de menor custo por cinco anos, já num banco particular. Volto a dizer, porque hoje manter no Banco do Estado do Paraná?

Porque o recurso público está sendo repassado a um banco público que tem como autor majoritário, o Estado, mas no instante em que for vendido, não é mais o Estado, é tão particular quanto o HSBC, quanto o Itaú, o Bradesco ou qualquer outro banco que está na praça. Portanto, não há como monopolizar o recurso público num banco particular. Esta é a nossa posição, porque amanhã poderá indiscutivelmente amanhã, por conveniência do Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou de setores do poder público, das prefeituras municipais, do servidor de uma entidade de servidores, de uma categoria de servidores, resolver receber por um outro banco e nada

impede que um projeto de lei aqui nesta Casa venha a dizer: “Revogue-se a Lei nº 233/2000” e, revogada a Lei nº 233/2000 não terá vigência e, portanto, não obrigará depósitos.

Só quero chamar a atenção disso porque tenho plena consciência que possamos dizer aqui tudo o que venhamos dizer, discutir tudo aquilo que venhamos a discutir a respeito da venda do banco do Estado do Paraná, o resultado da eleição, se tiver fechado o Plenário, se tiver 54 deputados presentes não alimentamos muito a esperança de termos mais de 14 ou 15 votos. Portanto, no voto não vamos derrubar mas os Anais vão registrar para que o futuro mostre a preocupação que as Oposições tiveram com esse patrimônio extraordinário do Estado do Paraná que, quanto à sua venda, o deputado Nereu Moura, o deputado Colombo, os deputados da Oposição já fizeram desta tribuna, os alertas necessários para mostrar o grande prejuízo que o Estado tem com a venda do Banco do Estado do Paraná.

Daí algumas pessoas perguntam, incrédulas, mas por que? Se dá um lucro como esse, por que vender por uma importância menor do que o próprio lucro que dá, ou por que o empresário faria um empréstimo de 5 bilhões para sanear alguma coisa e vender por 300 ou 400 milhões depois? Pergunta óbvia. Ninguém faria. Um conglomerado econômico algum faria um empréstimo de 5 bilhões para salvar uma firma e vender a firma por 300 mil depois. Não é óbvio isso?

Tem uma razão: a intervenção num banco, a federalização de um banco levanta o tapete. Vai perguntar o que houve com os títulos podres, porque dos precatórios? Por que de determinadas operações, quem é o responsável por isso? E o saneamento de um banco e a venda para a iniciativa privada vai pura e simplesmente o comprador agradecer a benevolência, o Estado, o Poder Público, o cidadão do Paraná, os milhões de paranaenses assumem a dívida e ninguém vai perguntar de quem é a culpa pela quebradeira que gerou no banco.

Então, lamentavelmente, é um episódio que se vê acontecer em nosso Estado que nos machuca, porque não convence, nem para usar como argumento político convence porque o cidadão comum não é capaz de entender que alguém gaste 5 bilhões para sanear uma empresa e depois venda por 10% deste valor e fique com o prejuízo do resto do empréstimo feito. Só há uma diferença: o banco empresa pública, passa a ser limpa e o Estado do Paraná, o contribuinte do Paraná, a pessoa mais simples do nosso Estado, o trabalhador do nosso Estado é que vai pagar isso lá na frente. Vai pagar por uma única razão, só tem uma razão para a pressa da privatização: é não permitir a federalização, é não permitir uma intervenção. Porque a federalização e a intervenção vai levantar o tapete e saber quem originou o prejuízo.

Volto a dizer uma coisa aqui: nós não temos medo. Aqui tem deputados do PSDB que tiveram governo no passado do governador Álvaro Dias, tem deputados do PMDB que tiveram governo no passado governador Rob-

erto Requião, tem um filho, inclusive, de um ex-governador Beto Richa, filho do governador José Richa e não temos medo de propor para a situação a feitura de uma CPI atingindo e levantando todos os dados desde 82. Desde os primeiros governos eleitos pelo Regime Democrático. Não queremos proteger ninguém, não queremos dizer que a culpa é do atual governo. Se tiver culpa nos governos passados, vamos apontar os culpados dos governos passados. Mas vamos salvar o povo o Paraná de pagar uma conta para a qual ele não foi consultado. Vamos entrar no ritmo da moralização. Quem ocasionou os prejuízos pelo menos que seja definido para que não venhamos, aqui, no futuro, questionados pela própria população perguntando o seguinte: como é que 54 deputados reunidos numa Plenária autorizaram, primeiro, um empréstimo de 5 bilhões, para sanear alguma coisa que foi vendido depois por 300, 400 milhões. Segundo, fizeram uma lei que logo, logo ali na frente, se quiser pode ser revogada.

É apenas para deixar registrado de que não nos escapa essas questões legais que envolvem esse negócio. Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, não encaminharia o projeto, mas ouvi aqui as palavras do deputado Caíto Quintana, deputado de longa experiência nesta Casa e faz uma análise muito simplista da situação do Banestado.

Como que alguém empresta 5 bilhões e vende este banco por 400 milhões. É muito simples. A resposta é: se nós tivéssemos deixado em 1994 falir o Banestado como estava a sua situação falimentar no redesconto diário de 700 milhões, diários, simplesmente não iríamos fazer esse empréstimo, que eu também considero volumoso e é um grande prejuízo para este Estado. E quem perderia? Perderiam os acionistas e as pessoas que trabalharam com o Banestado. E não seria justo, naquele momento, deixarmos o banco, fecharmos as portas e os seus acionistas, correntistas tivessem o prejuízo.

O governador Jaime Lerner, naquela oportunidade, e qualquer governador teria a mesma atitude, tentou como paranaense salvar o Banestado fazendo e dando uma manifestação favorável ao Banestado para procurar sanear o Banestado, através de uma administração competente e que viesse sanear os problemas que o Banco do Estado vinha enfrentando. Infelizmente, se nós tivéssemos uma bola de cristal certamente o governador Jaime Lerner não teria mais essa atitude se fosse no dia de hoje, porque nós poderíamos ter deixado o banco falir, todos sabem que isso é verdade, quem seria o culpado seria o governador Requião, que tinha sido o último governador do Estado, e os acionistas do banco, como Vossa Excelência, deputado Alborghetti, simplesmente não

receberiam o que o senhor tinha no Banestado. Mas, o governador Jaime Lerner na esperança de recuperar o banco e entregar o banco saneado a todos os paranaenses. Todos nós sabemos que logo após a crise econômica mundial e os juros aumentaram de uma forma brutal que veio ainda mais aprofundar a crise do Banestado.

Então, esse pensamento e esse raciocínio simplista de que emprestar 5 bilhões para vender por 300, este raciocínio não justifica a atitude da privatização e do saneamento do Banestado. É claro que este prejuízo será dividido com toda a população paranaense. E todos nós, e esteve aqui nesta Casa o secretário da Fazenda quando trouxe os números, colocando claramente esses números, que não foram contestados, dizendo de onde surgiu o problema, quais os governos que foram responsáveis e nós não nos excluímos da responsabilidade, e chegamos onde chegamos. Não temos outra saída a não ser cumprir o compromisso com o Banco Central em privatizar o Banco do Estado. Por isso, quero dizer aos senhores parlamentares que todos nós sabemos que o que está acontecendo com o Banco do Estado não é nada diferente do que aconteceu com o Bamerindus, é o que aconteceu com o Banerj, é o que aconteceu com o Banespa, enfim, é o que está acontecendo com o Banco de Santa Catarina, que até outro dia diziam que o banco não estava falido e agora está o governador de Santa Catarina também correndo atrás do prejuízo. Isto é uma questão facilmente de ser entendida. É claro que nós paranaenses gostaríamos de não assumir esse prejuízo dos desmandos dentro do Banco do Estado do Paraná. Mas, além dos desmandos, além da crise e do aumento dos juros depois de 1994 que aprofundou ainda mais a crise dentro do Banestado, nos levaram a esta situação de privatizar o Banestado.

E, hoje pela manhã, respeitamos a posição da Bancada de Oposição em não ter comparecido ao encontro com o secretário da Fazenda, com o vice-presidente do Banestado e com os consultores que fizeram a avaliação do patrimônio do Banestado.

Estivemos hoje, às 10h00, na Secretaria da Fazenda, um prédio público, no auditório onde o secretário, os diretores do Banestado se colocaram à disposição dos parlamentares para deixar esta questão transparente e esclarecida.

É claro que neste momento se torna muito fácil o discurso da Oposição em pregar a não privatização do Banestado mas temos que lembrar que o Banestado não é nada diferente dos outros bancos estaduais. Isto aconteceu em todos os bancos estaduais, nenhum escapou da privatização ou está sendo privatizado. Então, não é um problema apenas do Estado do Paraná.

Com relação à questão política e ideológica, jamais quero ter aqui a pretensão de convencê-los a nos ajudar a aprovar este projeto de lei que estamos votando hoje. O objetivo do governo em aprovar este projeto é a garantia de movimentar as contas públicas junto ao Banestado para aumentar o valor final do banco na hora da sua privatização. Este é o interesse do governo do Estado e

vamos defender isto. Vamos votar favorável a este projeto sem ter medo, deputado Caíto Quintana. Vossa Excelência disse que governadores anteriores não têm medo de assumir a parte que lhes cabe de responsabilidade do problema do Banestado e também não temos esta dificuldade e por isso estamos a disposição para os esclarecimentos e tornar esta situação o mais transparente possível.

Agradeço a atenção de todos!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Continua em discussão, com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Discutir)**

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

A questão do Banestado não está sendo falada da semana passada para cá. Estamos falando do Banestado desde 1995 e primeiro queria me ater ao que colocou aqui o deputado Caíto Quintana que coloca de uma forma brilhante, já característica de sua própria fala, quando diz que ao elaborarmos uma lei aqui poderemos amanhã revogá-la.

Tenho as minhas preocupações porque a partir do momento em que votarmos uma lei e ela for sancionada, ela vai gerar direitos. Poderemos, sim, vir a revogar esta lei se ela tiver vícios de origem e Vossa Excelência colocou uma questão muito importante; vamos estar dando o privilégio a um banco que não é mais público, é particular e, portanto, este serviço pode, sim, ser classificado dentro da Lei de Licitações. Aí teremos um grave problema no Paraná, a ser resolvido em razão deste projeto que estamos votando hoje. É o que o deputado Caíto traz, que achei extremamente interessante, é da responsabilidade que estaremos criando com a votação deste projeto. Porque se amanhã o governo futuro quiser revogar, ele tem já gerado, através desta lei, direitos. Ou, caso contrário, teremos que ter licitação, porque se trata de um serviço público.

O deputado líder do Governo, Rossoni, historiou e tenho certeza que o deputado Rossoni tem transmitido aquilo que o secretário Giovanni Gionédís vem fazendo, porque quem tem a responsabilidade nesta questão, na sua questão maior, é o senhor secretário Giovanni Gionédís. O Banestado, como todo sistema financeiro nacional, ele vem com problemas em função do Plano Real. Quando houve a estabilização da moeda e da inflação, evidentemente os esqueletos que estavam guardados começaram a aparecer e o estado do Banestado, entre os bancos estaduais, um dos que tinham melhores condições de continuar a existir. E isto foi dito porque antes do atual governo assumir o seu primeiro mandato, na segunda quinzena de dezembro de 1994, antes portanto de ser governo, o Banco Central convidou o secretário da Fazenda de então, Miguel Salomão, o secretário de Planejamento de então, o atual prefeito de Curitiba, Cás-

sio Taniguchi, e foram a Brasília e mostraram, abriram todos os relatórios do Banestado. Todos. E de lá recebeu do Gustavo Franco, que era presidente do Banco Central na época, dizendo que o Banestado era um banco diferente dos demais que estavam neste país. Era um banco extremamente viável. Esta declaração foi dada no dia 26 de dezembro de 1994. Está registrado. No dia 5, o governador do Estado, já empossado, Jaime Lerner, encaminhou uma correspondência ao Banco Central, na pessoa do presidente do banco em que dizia que o Banco do Estado do Paraná recebia em situação que precisava fazer reajustes, mas que era um banco viável ao Estado e era de suma importância à economia e se me permite, senhor presidente, leria um trecho da correspondência do governador Jaime Lerner, do dia 05 de janeiro de 1995, encaminhando ao Banco Central. E, naquela mesma oportunidade, o governador fez pronunciamentos na mídia local, deputado Nereu Moura me trazia um dia depois, mas é só olhar o Jornal do Estado do Paraná do dia 05 de janeiro de 1995 que nós vamos ver a declaração do governador, dizendo inclusive como recebeu o governo do Estado, e que era a 2ª vez que ele recebia o Executivo das mãos do Requião e recebia em boa ordem. Ele diz o seguinte:

(Lê)

“O Conglomerado Banestado apresenta-se com uma solução favorável, mas com a necessidade de manutenção da política federal de austeridade monetária e o convívio com taxas de inflação próximas a zero, poderá sofrer sérias dificuldades se não forem tomadas medidas de urgência de ajustamento”.

O próprio governador não atribuiu, deputado Valdir Rossoni, à má gestão do banco a governos anteriores. Ele admitiu, sim, a uma nova realidade econômica que o País vivia. Está aqui, no 2º item da carta que o senhor governador encaminhou ao Banco Central. Aí, o compromisso do senhor governador:

(Lê)

“O governo do Estado tem como necessidade objetiva o uso do Conglomerado para acelerar o desenvolvimento da economia produtiva do setor privado”. Hoje, por isso que eu digo que o deputado Valdir Rossoni tem ouvido muito o secretário Giovani Gionédís, porque hoje na imprensa, no debate com o secretário Giovani Gionédís, ele disse que o Banco do Estado nunca foi importante ao fomento da economia de nosso Estado. Uma heresia para quem conhece a economia de nosso Estado e conhece a importância do Banestado na vida paranaense.

...produtiva do setor privado, de forma a atender as novas escaladas de produção, tendo em vista tanto o desenvolvimento dos mercados internos, como do Mercosul, e assim resolver grave problema de desemprego e miséria constatado no Paraná. Assim o conglomerado fará parte de um conjunto instrumental de fomento e atração de investimentos e não será um mero banco de propriedade estatal.

O governador Jaime Lerner, no dia 05 de janeiro, fez uma profissão de fé no sistema do conglomerado Banestado e reconheceu que era um banco viável, a despeito das dificuldades que apresentava o deputado Caíto Quintana a nova economia do País a partir de 94. Entre uma delas ele disse que tinha que reduzir as atividades de risco. Ele teria que pulverizar as atividades para não concentrar o prejuízo e vir o Banestado a ter alguma dificuldade maior. Aí, convidado, empossado no dia 09 de janeiro de 1995, o economista, bancário, Luiz Antonio Fayet, reconheceu que o banco e aí não era mais um político, aí não era mais um deputado, não era mais um governador, era alguém que tinha passado pela Caixa Econômica e tinha presidido o Banco do Brasil. E então deputado, ex-deputado Fayet disse que o banco era viável e que ele tinha condições de recuperar o Banco.

Ontem tive uma hora e meia de entrevista com o Fayet. O Fayet disse: deputado, é um pecado o que fizera com o Banestado, porque em dez meses e meio de atividade que nós tivemos à frente do Banestado nós provamos ao Banco Central e especialmente ao Paraná que o Banestado era um banco extremamente viável. No dia 27 de outubro o presidente Fayet deixou a instituição e fez, tenho a correspondência aqui que diz o que foi feito no Banestado, a situação do Banestado, o Banestado zerou o inter bancário, deputado Hermas Brandão, ele não ia mais ao inter bancário, ele não precisava mais de empréstimos porque fez uma captação de 580 milhões na poupança nestes dez meses. Isto mostrou que a população do Paraná acredita tanto no Paraná, mas acreditava no Banestado como um instrumento de alavancagem desta economia. E daí? Aí é que a coisa começa a degingolar, deputado Valdir Rossoni. Aí é que o banco saneado aquele período voltou o redesconto, por que? Porque teve que bancar, tampar quase 400 milhões de furo na Leasing com a operação Aracaju, com a operação que foi, com certeza, outras, como Aspen, foram operações de extremo risco e da mais alta irresponsabilidade, porque jogou no ralo economia do Estado do Paraná. Aí nós fomos na corretora. Foram mais 500 milhões de reais jogados, 550 milhões corrigidos jogados no ralo da corrupção dos títulos podres que o Banco Central para amenizar a situação do Paraná comprou 134 milhões de títulos de Pernambuco, dando em títulos do governo Federal, e o Paraná ainda ficou com o mico de quase 390 milhões de títulos podres.

Esta é a verdade. Aí se observarmos em 96 e 97 não só na Banestado Leasing, mas na Banestado Corretora, mas também no banco houve as negociatas de que não pode declarar. Por isso que desde o início nós desejávamos que tivéssemos aqui uma CPI para que conhecêssemos na inteireza as ações e quem foram os seus responsáveis. Essa é a questão, e não podemos estar votando a privatização de um banco a despeito de amanhã termos as nossas condutas a respeito do nosso comportamento, enquanto numa votação tão importante manchada. Por quê? Porque assumimos aqui uma dívida

de mais de seis bilhões. Vamos vender um banco que o valor patrimonial dele está em torno, era quinhentos e cinquenta milhões em 31 de março de 2000, mas cento e vinte e nove já estava provisionado, está com provisionamento para lucros e perdas.

Ficando, portanto, quatrocentos e trinta milhões mais ou menos o patrimônio líquido do Banestado. Aí o governo vai baixar um decreto, com certeza no final desse mês, para vender o banco por quinhentos milhões de reais. E hoje quando colocava o senhor secretário a questão do crédito tributário. Quer dizer, estamos partindo uma irresponsabilidade em cima da outra: a irresponsabilidade da gestão da corretora, da gestão da reflorestadora que foram noventa milhões, da Banestado Leasing, do próprio Banestado.

E hoje temos, com certeza, um banco que será privatizado e que só o crédito será na ordem de um bilhão e seiscentos. O que fez o longínquo Estado do Maranhão, da também governadora do PFL, filha do senhor Sarney, colocou, vinculou como patrimônio do banco 28% do crédito tributário. Senhor presidente, estamos jogando um bilhão e seiscentos no ralo do crédito tributário. Isso mostra que tiramos essa condição de cinco, só cinco bancos foram habilitados: Banco Itaú, Unibanco, Banco Santo André, e o Bradesco, são cinco instituições. Mas antes as demais não conheciam essa questão dos cinco anos. Ora, você tem um cliente cativo em que o ICMS dá quatro dias, isto é, pago, o contribuinte paga o caixa do banco, e o banco fica com quatro dias sem pagar nada ao Estado.

Um cliente desses gostaria de ter, quem não gostaria de ter um cliente cativo. Isso é um bem que deveríamos ter colocado lá no dia do edital de pré-qualificação, para que todos aqueles que fossem interessados conhecessem essa regra. E não era simplesmente uma carta como fez o senhor secretário passando em cima da Assembléia Legislativa, ou ele já sabia que podia votar pelos senhores deputados da Bancada do governo?

Porque o que fez foi isso: quando ele encaminhou a correspondência e pôs valendo como lei ele considerou que ele podia ter votado pela Bancada do governo. Essa é a questão, estamos entregando um banco por quatrocentos, quinhentos milhões com crédito de um bilhão e seiscentos e uma dívida que contraímos de seis bilhões e não conhecemos quem fez esse rombo no banco.

Agradeço pelo tempo.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.  
Os deputados que aprovam queiram levantar-se.  
Vinte e sete senhores deputados aprovam.  
Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.  
Dez senhores deputados rejeitam.

**Projeto aprovado**, com os votos contrários dos deputados Ademir Bier, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Hermes da Fonseca, Neivo Beraldin, Antônio Annibelli e Nereu Moura.

Há sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco, para as emendas de 01 a 14, apresentadas ao Projeto de Lei nº 233/2000.

**Está aprovado o requerimento**, com os votos contrários dos deputados Nereu Moura, Hermes da Fonseca, Orlando Pessuti, Antonio Annibelli, Caíto Quintana, Neivo Beraldin, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier e José Maria Ferreira.

Em votação as emendas.

Trinta senhores deputados rejeitam as emendas.

Dez senhores deputados aprovam as emendas: Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Ademir Bier, Nereu Moura, Caíto Quintana, Hermes da Fonseca, José Maria Ferreira, Orlando Pessuti, Beraldin e Antonio Annibelli.

Ainda há sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final. **Está aprovado o requerimento.**

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 553/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Marialva e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 159, de 08.11.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 553/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, tem por objetivo autorizar o governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Marialva, e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 17.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CESAR SELEME - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.